

PLs agregados por Medidas Provisórias

Metodologia:

Foram correlacionadas todas as MPV a partir da MPV 921/2020, a primeira editada como resposta à crise;

Não foram correlacionadas as MPV que abrem crédito extraordinário;

Foram associados todos os projetos de lei apresentados por Senadores durante o período de calamidade que guardassem alguma relação com a matéria tratada na medida provisória respectiva; São listados, nas primeiras posições, os que guardam maior pertinência com as normas contidas na MPV.

Proposição	Explicação	PLs
MPV 950/2020 (8/abr)	Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).	PL 868/2020 (Sen. Weverton) PL 943/2020 (Sen. Marcos Rogério) PL 801/2020 (Sen. Fabiano Contarato) PL 1017/2020 (Sen. Eliziane Gama) PL 1062/2020 (Sen. Irajá) PL 1121/2020 (Sen. Mara Gabrilli) PL 783/2020 (Sen. Jaques Wagner) PL 784/2020 (Sen. Fernando Collor) PL 880/2020 (Sen. Reguffe) PL 888/2020 (Sen. Rodrigo Cunha)
MPV 949/2020 (8/abr)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 900.000.000,00, para o fim que especifica.	-
MPV 948/2020 (8/abr)	Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	PL 800/2020 (Sen. Rogério Carvalho)

MPV 947/2020 (8/abr)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.600.000.000,00, para os fins que especifica.	-
MPV 946/2020 (7/abr)	Extingue o Fundo PIS-Pasep , instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço , e dá outras providências.	PL 1203/2020 (Sen. Major Olimpio) PL 1206/2020 (Sen. Romário) PL 951/2020 (Sen. Eliziane Gama) PL 1345/2020 (Sen. Jayme Campos) PL 1124/2020 (Sen. Veneziano Vital do Rêgo) PL 1205/2020 (Sen. Paulo Rocha) PL 642/2020 (Sen. José Serra)
MPV 945/2020 (4/abr)	Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar .	-
MPV 944/2020 (3/abr)	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos .	PL 1128/2020 (Sen. Omar Aziz) – relator designado para a MPV PL 838/2020 (Sen. Jaques Wagner) PL 1125/2020 (Sen. Angelo Coronel) PL 1169/2020 (Sen. Jaques Wagner) PL 1193/2020 (Sen. Roberto Rocha) PL 1363/2020 (Sen. Paulo Paim) PLP 81/2020 (Sen. Wellington Fagundes) PL 877/2020 (Sen. Jaques Wagner) PLP 47/2020 (Sen. Angelo Coronel) PLP 58/2020 (Sen. Jorginho Mello) PLP 66/2020 (Sen. Izalci Lucas) PLP 72/2020 (Sen. Soraya Thronicke)
MPV 943/2020 (3/abr)	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 34.000.000.000,00, para o fim que especifica.	-
MPV 942/2020 (2/abr)	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 639.034.512,00, para os fins que especifica.	-

MPV 941/2020 (2/abr)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 2.113.789.466,00, para os fins que especifica.	-
MPV 940/2020 (2/abr)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444.373.172,00, para os fins que especifica.	-
MPV 939/2020 (2/abr)	Abre Crédito Extraordinário no valor de R\$ 16.000.000.000,00 para o programa de Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para Compensação da Variação Nominal Negativa dos Recursos Repassados pelo Fundo de Participação (Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia), anulando dotação orçamentária de mesmo valor antes destinada aos Serviços da Dívida Pública Federal Interna (Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia).	-
MPV 938/2020 (2/abr)	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	PL 833/2020 (Sen. Rogério Carvalho) PL 878/2020 (Sen. Jean Paul Prates) PLP 46/2020 (Sen. Eduardo Braga) PL 835/2020 (Sen. Rogério Carvalho) PL 1646/2020 (Sen. Veneziano Vital do Rêgo)
MPV 937/2020 (2/abr)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 98.200.000.000,00, para os fins que especifica.	-

<p>MPV 936/2020 (1/abr)</p>	<p>Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.</p>	<p>PL 1173/2020 (Sen. Jorginho Mello) PL 751/2020 (Sen. Randolfe Rodrigues) PL 1167/2020 (Sen. Veneziano Vital do Rêgo) PL 825/2020 (Sen. Weverton) PL 831/2020 (Sen. Weverton) PL 1168/2020 (Sen. Jaques Wagner)</p>
<p>MPV 935/2020 (1/abr)</p>	<p>Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R\$ 51.641.629.500,00, para os fins que especifica.</p>	<p>-</p>
<p>MPV 934/2020 (1/abr)</p>	<p>Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.</p>	<p>PL 1196/2020 (Sen. Randolfe Rodrigues) PL 1202/2020 (Sen. Rose de Freitas) PL 1277/2020 (Sen. Daniella Ribeiro)</p>
<p>MPV 933/2020 (31/mar)</p>	<p>Suspende, pelo prazo que menciona, o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2020.</p>	<p>PL 881/2020 (Sen. Randolfe Rodrigues) PL 1542/2020 (Sen. Eduardo Braga) PL 1605/2020 (Sen. Marcos do Val)</p>
<p>MPV 932/2020 (31/mar)</p>	<p>Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências.</p>	<p>-</p>
<p>MPV 931/2020 (30/mar)</p>	<p>Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências.</p>	<p>PL 1174/2020 (Sen. Flávio Bolsonaro) PL 876/2020 (Sen. Leila Barros)</p>

<p>MPV 930/2020 (30/mar)</p>	<p>Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada domiciliada no exterior e sobre a proteção legal oferecida aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições e altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro.</p>	<p>PL 1165/2020 (Sen. Alvaro Dias)</p>
<p>MPV 929/2020 (25/mar)</p>	<p>Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das Relações Exteriores, da Defesa e da Cidadania, no valor de R\$ 3.419.598.000,00, para os fins que especifica.</p>	<p>-</p>
<p>MPV 928/2020 (23/mar)</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.</p>	<p>-</p>
<p>MPV 927/2020 (22/mar)</p>	<p>Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.</p>	<p>PL 949/2020 (Sen. Irajá) – Relator designado para a MPV</p> <p>PL 769/2020 (Sen. Jorginho Mello)</p> <p>PL 867/2020 (Sen. Weverton)</p>
<p>MPV 926/2020 (20/mar)</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.</p>	<p>PL 874/2020 (Sen. Lasier Martins)</p>
<p>MPV 925/2020 (19/mar)</p>	<p>Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.</p>	<p>-</p>

MPV 924/2020 (13/mar)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R\$ 5.099.795.979,00, para os fins que especifica.	-
MPV 921/2020 (10/fev)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 11.287.803,00, para os fins que especifica.	-

PLs agregados por temática:
Economia, Sistema Financeiro e Tributação

Proposição	Ementa	Autoria
PL 799/2020	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção do imposto de renda aos rendimentos de pessoas físicas vítimas da pandemia de covid-19 (coronavírus).	Sen. Rogério Carvalho
PL 802/2020	Dispõe sobre a restituição do imposto de renda para pessoas físicas no ano de 2020, ano base 2019, em razão do período de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do Coronavírus – Covid 19.	Sen. Randolfe Rodrigues
PL 869/2020	Concede isenção fiscal dos impostos CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IPI e IOF incidentes sobre as receitas decorrentes das atividades de entretenimento – em razão da decretação do estado de calamidade.	Sen. Weverton
PL 877/2020	Suspende a exigibilidade do recolhimento dos impostos e contribuições federais do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.	Sen. Jaques Wagner
PL 911/2020	Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar para 50% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.	Sen. Weverton
PL 961/2020	Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos ao Sistema Único de Saúde para atendimento às vítimas do Coronavírus (Covid-19).	Sen. Weverton
PL 962/2020	Dispõe sobre a isenção de qualquer tributo sobre produtos de segurança e prevenção para o coronavírus (Covid-19) durante o período em que o território nacional for acometido pela pandemia.	Sen. Weverton

PL 1061/2020	Dispõe, na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, sobre a suspensão temporária de contagem de prazos e de pagamentos de obrigações financeiras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante a decretação de calamidade sanitária destinada ao combate da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Sen. Alessandro Vieira
PL 1063/2020	Institui linha de crédito para pessoas físicas inscritas no SPC/SERASA durante decretação de calamidade pública.	Sen. Chico Rodrigues
PL 1166/2020	Estabelece teto de 20% ao ano para todas as modalidades de crédito ofertadas por meio de cartões de crédito e cheque especial para todas as dívidas contraídas entre os meses de março de 2020 e julho de 2021.	Sen. Alvaro Dias
PL 1186/2020	Dispõe sobre a suspensão da cobrança das taxas de manutenção de contas bancárias em virtude da ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional.	Sen. Rose de Freitas
PL 1199/2020	Altera a Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para modificar a ordem de preferência de créditos na falência, durante a vigência do período de calamidade pública no Brasil.	Sen. Alvaro Dias
PL 1200/2020	Institui a moratória em contratos essenciais, bancários, securitários e educacionais em favor dos consumidores afetados economicamente pela pandemia de coronavírus (COVID-19).	Sen. Rodrigo Cunha
PL 1207/2020	Inclui § 3º-A ao art. 7º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a prorrogação automática de prazos para o contribuinte em caso de reconhecimento de estado de calamidade pelo Congresso Nacional, a partir de solicitação do Poder Executivo.	Sen. Daniella Ribeiro
PL 1208/2020	Veda a cobrança de multas e juros ao consumidor, incidentes sobre o atraso no pagamento de compras de produtos e serviços, durante a vigência de estado de calamidade pública.	Sen. Rose de Freitas
PL 1209/2020	Veda a cobrança de juros e multa por atraso em operações de crédito bancário, inclusive na modalidade de cartão de crédito, durante a vigência de estado de calamidade pública.	Sen. Rose de Freitas
PL 1276/2020	Dispõe sobre a majoração de alíquotas de contribuição sobre o lucro líquido para as pessoas jurídicas de instituições financeiras e dá outras providências.	Sen. Ciro Nogueira

PL 1278/2020	Suspende o pagamento das parcelas dos financiamentos imobiliários contratados juntos ao Sistema Financeiro de Habitação, inclusive Minha Casa Minha Vida.	Sen. Jaques Wagner
PL 1328/2020	Altera-se a Lei n 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, com suspensão temporária de pagamentos das prestações das operações de créditos consignados em benefícios previdenciários, enquanto persistir à emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID19)	Sen. Otto Alencar
PL 1342/2020	Disciplina a cobrança de tarifas para transferências bancárias até 31 de dezembro, de 2020, devido ao estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em virtude da pandemia causada pelo Covid-19.	Sen. Alvaro Dias
PL 1359/2020	Dispõe sobre a prorrogação de parcelas de empréstimo bancário, bem como sobre a suspensão da incidência de juros, de microempresários individuais e microempresas, em virtude da ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, pelo período de três meses ou durante o estado de calamidade pública, o que for maior.	Sen. Prisco Bezerra
PL 1448/2020	Suspende os descontos em folha de pagamento ou remuneração no período que menciona.	Sen. Alvaro Dias
PL 1451/2020	Altera o art. 4º da Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, para permitir que as instituições financeiras abram limite de crédito garantido pela alienação fiduciária de imóvel.	Sen. Roberto Rocha
PL 1452/2020	Dispõe sobre a suspensão dos descontos de prestações em folha de pagamento referentes a empréstimos consignados contratados por empregados, aposentados e pensionistas.	Sen. Jaques Wagner
PL 1519/2020	Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos consignados tomados por aposentados e pensionistas em virtude da ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional.	Sen. Acir Gurgacz
PL 1521/2020	Autoriza a prorrogação do vencimento das prestações de financiamento imobiliário do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) ou de quaisquer outras modalidades de financiamentos destinados à aquisição da casa própria no período que especifica e dá outras providências.	Sen. Zenaide Maia

PL 1522/2020	Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para instituir adicional temporário de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido incidente sobre o resultado das instituições financeiras e das empresas de mineração, a vigorar durante os exercícios de 2020 a 2030.	Sen. Zenaide Maia
PL 1523/2020	Isenta a importação de fertilizantes do pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, previsto na Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, até o dia 31 de dezembro de 2021.	Sen. Alvaro Dias
PL 1541/2020	Suspende a cobrança de impostos federais para empresas da área das artes e da cultura em virtude da Emergência em Saúde Pública Decorrente do Coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.	Sen. Humberto Costa
PL 1543/2020	Autoriza a prorrogação de dívidas rurais em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19).	Sen. Mecias de Jesus
PL 1603/2020	Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos consignados tomados por aposentados e pensionistas em virtude da ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional.	Sen. Ciro Nogueira
PL 1647/2020	Dispõe sobre a transação resolutive de litígio relativa à cobrança de créditos da Fazenda Pública; altera o percentual de redução do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do Imposto de Renda e o percentual a ser reduzido por compensação da base de cálculo negativa, para efeito de determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, quando reconhecida a ocorrência do estado de calamidade pública, do Estado de Sítio ou Estado de Defesa; isenta do IRRF os recursos mantidos e aplicados pelas organizações gestoras de fundos patrimoniais, constituídas nos termos da Lei nº 13.800, de 04 de janeiro de 2019; e altera as Leis nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e 9.492, de 10 de setembro de 1997.	Sen. Soraya Thronicke
PL 1704/2020	Autoriza a concessão de linha de crédito rural especial, a prorrogação de dívidas rurais de agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais e a criação de renda básica aos pequenos agricultores familiares rurais e assentados da reforma agrária em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19).	Sen. Rogério Carvalho
PL 1705/2020	Concede dedução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica devido a doações destinadas exclusivamente a ações de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) feitas por empresas.	Sen. Confúcio Moura

PL 1708/2020	Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos consignados tomados por aposentados que tenham 65 anos ou mais de idade e recebam proventos equivalentes ou inferiores a três salários mínimos, em virtude da ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Sen. Mailza Gomes
PL 1722/2020	Estabelece vedação à inclusão de pessoas em cadastros de proteção ao crédito ou similares, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.	Sen. Jaques Wagner
PL 1789/2020	Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para autorizar rebate para a liquidação de operações de crédito rural contratadas até 31 de dezembro de 2018, a repactuação de dívidas de operação de crédito rural contratadas até 31 de dezembro de 2019, autoriza o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais destinadas a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal ou Municipal e cria abono, de caráter assistencial, devido aos agricultores familiares aposentados, com renda de benefício de um salário mínimo, nos seguintes percentuais:	Sen. Paulo Paim
PL 1790/2020	Autoriza a concessão de linha de crédito rural especial, a prorrogação de dívidas rurais de agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais e a criação de renda básica aos pequenos agricultores familiares rurais e assentados da reforma agrária em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19).	Sen. Rogério Carvalho
PRS 13/2020	Altera a Resolução do Senado Federal nº 9, de 5 de maio de 1992, para estabelecer alíquota máxima extraordinária do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de quaisquer bens ou direitos, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).	Sen. Kátia Abreu
PLP 38/2020	Fica instituído, durante o período de calamidade pública no Brasil, o Imposto Extraordinário Sobre Grandes Fortunas.	Sen. Reguffe
PLP 45/2020	Institui o seguro-fraternidade, a ser recebido por brasileiros mais pobres em situações de epidemia, pandemia e calamidade pública, e dá outras providências.	Sen. Telmário Mota
PLP 50/2020	Institui imposto sobre grandes fortunas e empréstimo compulsório, que financiará necessidades de proteção social decorrentes da covid-19.	Sen. Eliziane Gama

PL 1795/2020	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de despesas com aquisição, por profissionais de saúde, de equipamentos de proteção individual (EPI), em razão da pandemia da covid-19.	Sen. Alessandro Vieira
------------------------------	---	------------------------

PLs agregados por temática:
Saúde e Assistência Social

Proposição	Ementa	Autoria
PDL 139/2020	Susta a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA RDC nº 25, de 15 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a importação, comercialização e doação de produtos para saúde.	Sen. Nelsinho Trad
PL 768/2020	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para dispor sobre o crime de elevação de preços sem justa causa em época de emergência social, calamidade pública ou pandemia, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre o crime de elevação de preços de produtos e serviços médico-hospitalares sem justa causa em época de emergência social, calamidade pública ou pandemia.	Sen. Angelo Coronel
PL 871/2020	Dispõe sobre a instituição do Fundo para Enfrentamento do Coronavírus.	Sen. José Serra
PL 875/2020	Autoriza a União a utilizar o superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2019 em despesas de ações e serviços públicos de saúde voltadas ao enfrentamento da epidemia do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Sen. Humberto Costa
PL 884/2020	Dispõe sobre a suspensão na cobrança do pagamento de aluguéis em caráter emergencial a pessoas físicas e jurídicas, bem como os casos da assunção destes valores pelo Governo Federal, pelo prazo de 90 (noventa) dias, devido à pandemia do Coronavírus (covid-19).	Sen. Weverton
PL 890/2020	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para incluir na cobertura de seguros de vida óbitos decorrentes de epidemias ou pandemias, ainda que declaradas por autoridades competentes.	Sen. Randolfe Rodrigues
PL 944/2020	Dispõe sobre o fornecimento de álcool em gel pelo Sistema Único de Saúde durante a pandemia de Covid-19.	Sen. Eduardo Braga

PL 1126/2020	Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para autorizar o exercício da telemedicina.	Sen. Ciro Nogueira
PL 1171/2020	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre pagamento em dobro a ser realizado no mês de dezembro, e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o abono natalino.	Sen. Randolfe Rodrigues
PL 1172/2020	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre a autorização remota de consultas, de exames e de procedimentos.	Sen. Wellington Fagundes
PL 1187/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para determinar a assistência psicológica remota para as pessoas em situação de isolamento ou quarentena.	Sen. Rose de Freitas
PL 1190/2020	Acrescenta disposição a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, para dispor sobre a concessão de auxílio-alimentação emergencial aos trabalhadores na saúde envolvidos no atendimento de pacientes contaminados pela SARS-CoV-2 (Covid-19) que recebam até R\$ 3.135,00.	Sen. Paulo Paim
PL 1191/2020	Acrescenta disposição a Lei nº 7.418 de 16 de dezembro de 1985, para dispor sobre o transporte dos trabalhadores na saúde envolvidos no atendimento de pacientes contaminados pela SARS-CoV-2 (Covid-19) e dá outras providências.	Sen. Paulo Paim
PL 1192/2020	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de auxílio-doença em caso de acidente de trabalho de trabalhadores envolvidos no atendimento de pacientes contaminados pela SARS-Covid-19, e dá outras providências.	Sen. Paulo Paim
PL 1195/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a garantia de acomodações aos profissionais de saúde enquanto perdurarem os efeitos do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	Sen. Paulo Paim
PL 1197/2020	Assegura auxílio emergencial aos pescadores e agricultores familiares e dá outras providências.	Sen. Paulo Paim

PL 1242/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispõe sobre garantia de aquisição e distribuição de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) para todos os trabalhadores na saúde enquanto perdurarem os efeitos do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	Sen. Paulo Paim
PL 1275/2020	Dispõe sobre o emprego da telemedicina veterinária durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia relacionada ao coronavírus (Covid-19).	Sen. Wellington Fagundes
PL 1281/2020	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre a garantia de auxílio financeiro, para fins de alimentação, em períodos de suspensão das aulas ocasionados por emergência de saúde pública, a ser destinado, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), às crianças regularmente matriculadas em instituições públicas de educação infantil.	Sen. Rose de Freitas
PL 1326/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para prever que o Poder Público garantirá a distribuição gratuita de insumos e produtos para saúde destinados à proteção individual e coletiva, à prevenção e ao tratamento de pessoas de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade.	Sen. Rose de Freitas
PL 1518/2020	Dispõe sobre o uso do teleatendimento em atividades da área de saúde pública durante a crise causada pela epidemia de Covid-19.	Sen. Izalci Lucas
PL 1529/2020	Dispõe sobre o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e a valorização dos profissionais de saúde.	Sen. Randolfe Rodrigues
PL 1544/2020	Acrescenta art. 13-A à Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, para vedar a suspensão ou a rescisão unilateral de contratos de planos de saúde durante estados de calamidade públicas ou de emergência de saúde pública de importância internacional e dá outras providências.	Sen. Mecias de Jesus
PL 1545/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para autorizar as instituições de ensino mantidas pela União a produzir equipamentos e materiais para o combate ao surto.	Sen. Veneziano Vital do Rêgo

PL 1546/2020	Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia do COVID19, durante o período de vigor do estado de calamidade pública no país, e dá outras providências.	Sen. Paulo Rocha
PL 1604/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para ampliar a proteção aos beneficiários de planos privados de assistência à saúde enquanto durar a situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei.	Sen. Confúcio Moura
PL 1610/2020	Veda a elevação de preço de alimentos componentes da cesta básica durante estado de calamidade pública nacional.	Sen. Marcos do Val
PL 1640/2020	Altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei n 9.503, de 23 de setembro de 1997) para permitir a aplicação emergencial da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito em ações e serviços públicos de saúde até 31 de dezembro de 2021.	Sen. Veneziano Vital do Rêgo
PL 1706/2020	Dispõe sobre a concessão de empréstimos subsidiados para fabricantes de álcool em gel devido ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Sen. Confúcio Moura
PLP 39/2020	Dispõe sobre a cooperação federativa na área de saúde e assistência pública em situações de emergência de saúde pública de importância nacional ou internacional, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal.	Sen. Antonio Anastasia
PLP 44/2020	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para instituir medidas de preservação de benefícios assistenciais e decorrentes de programas de transferência de renda enquanto subsistir estado de calamidade pública.	Sen. Zenaide Maia
PL 1058/2020	Altera a Lei nº 11.947, de 2009, a Lei 10.880, de 2004 e a Lei 11.494, de 2007, com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a fim de flexibilizar o uso dos recursos de repasse para municípios, estados e Distrito Federal, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situações de emergência ou calamidade pública para garantia de alimentação escolar.	Sen. Alessandro Vieira

PL 1153/2020	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar mais severas as penas de crimes contra a saúde pública e contra a administração pública; a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para prever com crime contra as relações de consumo a conduta de elevar exorbitantemente o preço de bens essenciais durante estado de calamidade pública; e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para inserir causa especial de aumento das penas dos crimes contra as licitações e os contratos públicos.	Sen. Alessandro Vieira
------------------------------	---	------------------------